

CERTIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO, SÃO PAULO.

Ms. Sérgio Domingos de Oliveira¹

RESUMO: O Turismo Sustentável apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo baseado não apenas na conservação dos atributos ambientais dos locais em que o mesmo pode vir a ser implantado, mas também para as condições sócio-econômicas das suas comunidades. Assim, ao desenvolvê-lo, é imprescindível incluir todos os elementos no seu planejamento e gestão, visando minimizar os impactos que a atividade turística exercerá sobre o local, especialmente quando este local é uma Unidade de Conservação, isto é, uma área com fins de proteção ao meio ambiente. Portanto, para que a sustentabilidade das atividades turísticas nas Unidades de Conservação possa ser atingida, faz-se necessário a adoção de critérios e indicadores que garantam o desenvolvimento destes empreendimentos turísticos em áreas tão frágeis e suscetíveis a impactos ambientais, sócio-culturais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; sustentabilidade; certificação; comunidades locais.

Introdução

As unidades de conservação brasileiras passam por momentos de dificuldades, visto a falta de investimentos e financiamentos para estas áreas, dificultando o seu processo de gestão e, principalmente, a sua função, que é de conservar ou preservar os atributos pelos quais foram criadas.

A abertura destas áreas, quando permitido por lei, para o desenvolvimento de atividades turísticas é passível de discussões, pois muitos acreditam que o fluxo de turistas pode causar impactos irreversíveis aos ecossistemas protegidos. Entretanto, muitas vezes estas unidades de conservação são criadas sem que haja uma infra-estrutura que permita a sua proteção, ficando, assim, à mercê de caçadores, invasores, bio-piratas, enfim, um sem número de impactos que não agregam valor nenhum aos ecossistemas que deveriam ser protegidos.

A certificação turística sustentável, com sua filosofia de inclusão e responsabilidade sócio-cultural, consciência ambiental e a viabilidade econômica de seus empreendimentos turísticos, sejam eles públicos ou privados, credencia-a como uma das formas que poderiam vir a

¹ Graduado em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI, Mestre e doutorando pela UFSC, docente do Curso de Turismo da UNESP de Rosana, SP

contribuir para a manutenção de importantes reservas que encontram-se ameaçados por diversos motivos.

O Parque Estadual do Morro do Diabo, com seus 33.845,33 há., apesar de contar com uma equipe de pessoas envolvidas com a sua gestão, tem a sua atuação limitada pela falta de pessoal, de equipamentos, de capacitação e, principalmente, de capital. Muitas ações previstas em seu planejamento não podem ser concretizadas devido à falta destes elementos, apesar dos esforços e voluntariado da equipe de trabalho do PEMD.

Assim, pesquisa-se aqui a possibilidade da atividade turística gerar empregos e renda à população da região, além de qualificar tanto a mão-de-obra que será empregada no local quanto ao aumento do fluxo de pessoas na região, movimentando o comércio e a indústria, diminuindo as desigualdades sociais e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e o respeito às questões ambientais, já que o Parque Estadual do Morro do Diabo poderia vir a tornar-se um pólo de desenvolvimento regional através da valorização da cultura e da biodiversidade local.

A adoção de uma filosofia de sustentabilidade no Parque envolveria diversos setores do município de Teodoro Sampaio e região: os órgãos públicos, através da geração de impostos, a atração de novas indústrias, especialmente àquelas com um perfil ecológico, e, conseqüentemente, a geração de empregos e renda para o município; os empresários, que atenderiam a um público diferenciado, dispostos a adquirir produtos social e ecologicamente corretos; a população, que teria melhores condições de vida, além de serem respeitados e incluídos na sociedade como um todo; e o meio ambiente que, como conseqüência de todas estas ações e mudança de atitudes, seria respeitado, conservado e preservado.

A implantação, em Unidades de Conservação e, em especial, no Parque Estadual do Morro do Diabo, de programas de certificação turística sustentável sob esta ótica é totalmente possível e aconselhável, pois práticas e filosofias que respeitem ao meio ambiente e a sociedade só podem trazer benefícios, principalmente quando se trata de uma área reservada à conservação de um ecossistema que se encontra ameaçado, único no Estado de São Paulo, que apresenta uma condição de preservação invejável, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Além disso, abre-se a possibilidade para que a comunidade local participe ativamente de todo o processo de gestão, gerando assim um comprometimento com o local e com a própria comunidade.

A certificação, entretanto, não pode ser vista como um fim em si mesma, a solução de todos os problemas que afligem a sociedade moderna. Para que ela possa realmente contribuir

para o desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional, é preciso que o processo seja participativo, maleável, transparente e responsável.

Turismo Sustentável

O turismo, independentemente do local de seu desenvolvimento, deve adotar um modelo que respeite o meio ambiente, isto é, que procure minimizar os impactos causados aos ecossistemas, às populações locais e, conseqüentemente, à viabilidade financeira do empreendimento, procurando promover um desenvolvimento harmônico com todos os elementos que o cercam na busca pela sua sustentabilidade. Esta sustentabilidade é assim definida por Sancho (2001, p. 245):

O ponto de partida do conceito de turismo sustentável está dentro das teorias referidas ao desenvolvimento sem degradação nem esgotamento dos recursos. Pode-se dizer que a conservação dos recursos para que a geração presente e as futuras possam desfrutar deles.

Por tratar-se de um conceito relativamente novo na área do turismo, a sustentabilidade é ainda mal interpretada, ligando-a apenas aos recursos naturais e a pequenos grupos de turistas, esquecendo-se de agregar fatores de suma importância como àqueles ligados ao meio ambiente e aos ganhos sociais das comunidades, como aponta Kinker (2002):

O conceito de desenvolvimento sustentável pode e deve ser aplicado à indústria do turismo, pois está intimamente ligado à manutenção da qualidade do meio ambiente, do qual esta atividade depende. Equivocadamente, sugere-se que o turismo sustentável é simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo ou antítese do turismo de massa. Entretanto, é um outro tipo de desenvolvimento do turismo que deve, na verdade, levar em conta não só o fator econômico, mas também os fatores ambientais e sociais (p.17).

Assim, adota-se nesta pesquisa a definição de turismo sustentável desenvolvido e adotado pela Organização Mundial do Turismo, que é a seguinte:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT 2003, p.24).

Deste modo, aborda-se a seguir questões referentes aos três âmbitos inseridos no desenvolvimento do turismo sustentável: a sustentabilidade financeira, sócio-cultural e ambiental do produto turístico, âmbitos estes indissociáveis e que devem ser respeitados igualmente em todas as etapas e ações em direção à responsabilidade turística.

Unidades de Conservação - UCs

O manejo de Unidades de Conservação apresenta-se bastante desenvolvido em países da Europa, da América do Norte e até mesmo em alguns países africanos e sul-americanos. A criação de legislação específica para estas áreas apresenta-se como um passo importante para que as mesmas atinjam o seu principal objetivo, que é a conservação de seus atributos ambientais e paisagísticos, especialmente quando estas áreas fazem parte da oferta turística de uma localidade, região ou país. Kinker (2002) as define da seguinte forma:

As UCs são áreas naturais ou seminaturais em regime especial de administração, instituídos legalmente pelo Poder Público, com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico-científicas e socioeconômicas que justificam a sua criação. Com localização e limites definidos, possuem, em geral, características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, como elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, significativa beleza cênica ou recursos naturais indispensáveis para o bem-estar das comunidades humanas (34-35).

Outra conceituação é dada por Pellegrini Filho (2000) em que o autor descreve estas áreas da seguinte forma: “Superfície de terra ou mar, com características peculiares e de importância ambiental/ecológica, que necessita de normas específicas de proteção, determinadas por legislação própria (p.283).

Com base nestes conceitos, pode-se avaliar a importância destas áreas não apenas pelo seu valor ambiental, imprescindível para a manutenção da biodiversidade, mas também a sua relação com as comunidades do entorno. Para que estas condições sejam mantidas, é vital que o uso destas áreas seja coordenado e monitorado, necessitando uma legislação específica que respeite as suas características naturais e o seu valor para as populações e visitante.

A primeira Unidade de Conservação a ser implantada oficialmente, segundo dados fornecidos por Costa (2002), foi o Parque Nacional de Yellowstone, localizada nos Estados Unidos.

A história credits a exploradores do rio Yellowstone (EUA) a iniciativa de lutar pela preservação das belezas naturais daquela área, conseguindo, em 1º de março de 1872, a aprovação pelo Congresso americano da ata de criação do "Yellowstone National Park", oficialmente a primeira Unidade de Conservação do mundo. (p.11)

No Brasil, apesar de tentativas anteriores frustradas, somente recentemente esta prática vem sendo adotada de maneira mais significativa devido, principalmente, a confrontos entre uma ocupação territorial irracional e a crescente necessidade de conservação da natureza, sendo que esta tem sido ocasionada pela pressão da opinião pública tanto nacional quanto internacional, apesar do país ainda deter uma parcela bastante significativa de recursos naturais globais, mas que pouco a pouco são dizimados.

A primeira Unidade de Conservação brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937. Mas a história das Unidades de Conservação brasileiras iniciou-se em fins do século XIX. Ainda durante o Império, em 1876, o político e engenheiro brasileiro André Rebouças fez a proposta de criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR), e da Ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia (TO), inspirado na criação do Parque Nacional de Yellowstone (EUA), quatro anos antes (Costa 2002, p.18).

Uso turístico de Unidades de Conservação.

A finalidade principal das Unidades de Conservação é a manutenção de seus atributos ecológicos, preservando as riquezas naturais de uma determinada região ou ecossistema. Porém, o seu uso para outras atividades, dentre as quais destaca-se o turismo, pode vir a causar modificações ao meio ambiente, o que exige, no entendimento de Cruz, que os órgãos responsáveis por sua gestão adotem programas de educação ambiental para minimizar os possíveis impactos decorrentes das atividades turísticas.

Em se tratando de unidades de conservação, algumas das transformações espaciais decorrentes do uso turístico de seus territórios dizem respeito à abertura de trilhas ou a utilização de trilhas preexistentes, ao longo das quais podem ser instalados instrumentos de educação ambiental, como placas informativas ou outros (2001, p.19).

Este tipo de modificação no ambiente relaciona-se ao uso turístico destas áreas pelo e para o homem. Tal uso não pode ser simplesmente descartado, mas deve-se procurar a adoção de modelos de desenvolvimento baseados na manutenção dos atributos naturais e sócio-culturais

destes patrimônios, quer dizer, na sua sustentabilidade turística.

O uso turístico dos recursos naturais, dentro dos princípios expostos, deve enfatizar sob um prisma diferenciado o ser humano, separando em lados diversos a população e o turista. Essa ótica se faz necessária para que os diferentes aspectos, tanto de planejamento como de gestão – no caso das Unidades de Conservação – atendam adequadamente à proposta de desenvolvimento sustentável, em que todos saem lucrando: ambiente natural, população local e turista (Costa, 2002, p.65).

Isto tem acarretado dificuldades para o desenvolvimento turístico nas Unidades de Conservação, já que, conforme detecção de D'antona (in Funari & Pinski 2001), atitudes inconvenientes de turistas despreparados, aliados à falta de planejamento de muitas Unidades de Conservação que não possuem infra-estrutura adequada, acabam por inviabilizar o seu desenvolvimento. “O aproveitamento do potencial turístico dos parques vem esbarrando em restrições conceituais e práticas ao uso recreativo das unidades. De um extremo a outro, os problemas se resumem ao despreparo do turista e à falta de infra-estrutura adequada ao turismo sustentável” (p.90).

Nem mesmo o potencial de desenvolvimento local que as atividades turísticas possuem, que pode gerar melhores condições financeiras e infra-estruturais às Unidades de Conservação, tem amenizado esta situação, pois alguns empreendedores, ávidos pelo lucro rápido e sem responsabilidade social, transformam as unidades de conservação em meros empreendimentos turísticos de massas.

Teoricamente o turismo contribui para a manutenção de áreas protegidas, gerando divisas que podem ser utilizadas no seu gerenciamento, possibilitando a conservação. No entanto, a prática tem demonstrado que a busca do lucro fácil por capitalistas gananciosos transforma estas áreas em points turísticos, atraindo pessoas que buscam espaços naturais para o emprego do seu tempo livre (Fonteles 2000, p. 83).

Apesar desta prática ainda não ter conseguido atingir o êxito esperado, os órgãos governamentais começam a investir neste tipo de gestão. Principalmente no que se refere ao turismo, o incentivo pode ser percebido até mesmo em publicações de livros referentes a este tema, como observa Costa (2002):

Aos poucos, o governo começa a perceber o grande filão do turismo em áreas naturais. No âmbito federal, o Ibama lançou, em 2000, uma publicação sobre oportunidades de investimento em Parques Nacionais, mudando, assim, o perfil

centralizador quanto à gestão dessas áreas naturais - O Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais: Oportunidade de Negócios (p.40).

Dentre os órgãos governamentais que tem incentivado o uso turístico em Unidades de Conservação destaca-se o IBAMA, que tem procurado criar padrões que viabilizem o desenvolvimento turísticos em harmonia com a preservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação, além de gerar recursos financeiros para serem investidos nas próprias Unidades de Conservação para a melhoria de sua infra-estrutura e fiscalização.

Posicionando-se a favor do ecoturismo no Brasil, o Ibama desenvolveu recentemente o Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais - Oportunidade de Negócios. Com o objetivo de atualizar os padrões de uso dos parques, viabilizando o cumprimento de suas finalidades de preservação e de aproveitamento turístico (recreativo), pretende gerar empregos, reduzir gastos públicos com as unidades e aumentar a arrecadação do governo gerando condições para a retomada da educação e pesquisa ambiental. Propõe-se a cobrir um histórico vazio de ações capazes de coordenar e organizar o turismo em parques mediante parcerias com a iniciativa privada (D'antona in Funari & Pinski 2001, p.91).

Um claro exemplo de desenvolvimento turístico integrado à unidade de conservação e que tem contribuído diretamente na sua manutenção é, segundo D'antona (in Funari & Pinski 2001), o Parque Nacional de Iguaçu, o que tem incentivado outros parques a seguirem o seu exemplo.

O Parque Nacional do Iguaçu é um caso antigo de êxito na exploração turística em larga escala sem prejuízo da conservação ambiental. Parques mais novos já se beneficiaram da parceria com organizações não-governamentais e buscam a integração com comunidades locais, abrindo-se para a possibilidade de lucrar com o turismo (p.92).

Entretanto, iniciativas como esta não são bem recebidas por muitas organizações ambientalistas. Estas afirmam que a finalidade principal das Unidades de Conservação é a proteção do patrimônio natural, e que as atividades turísticas podem ameaçar diretamente esta conservação. Em contrapartida, os exemplos de gestão de parques nacionais norte-americanos servem de contra-ponto a esses ambientalistas, pois o sucesso alcançado serve como um incentivo a mais para a adoção deste tipo de programa.

O Programa sofre críticas de ongs ambientalistas, que afirmam que o turismo não é a finalidade principal dos parques. Por outro lado, a experiência

norte-americana de parceria Estado/iniciativa privada na preservação, exploração turística e desenvolvimento de pesquisas em unidades de conservação parece ser um bom contra-argumento. Mesmo no Brasil, iniciativas anteriores ao Programa agora proposto pelo Ibama revelam-se bastante promissoras (D'antona in Funari & Pinski 2001, p.91).

No Brasil, o número de Unidades de Conservação que possuem infra-estrutura turística ainda é limitado, restringindo-se àquelas unidades mais antigas, como o Parque Nacional do Iguaçu. Nas Unidades de Conservação norte-americanas, a existência deste tipo de infra-estrutura é bastante comum, gerando um fluxo turístico intenso a estas áreas. Costa acredita que isto ocorre devido à falta de interesse dos empresários turísticos brasileiros, apesar do potencial turístico das nossas Unidades de Conservação.

No Brasil, apenas os Parques Nacionais mais antigos possuem grandes estruturas de hospedagem. Comuns dentro dos parques americanos, os hotéis e as pousadas são raros em nosso país, talvez por falta de um planejamento adequado para implantação de tais estruturas, ou talvez pela falta de interesse dos empresários do setor, ou ainda pela ausência de tradição desse segmento do mercado turístico em UCs (2002, p.81).

A integração das Unidades de Conservação com as atividades turísticas, como pode-se observar pelo exemplo americano, é possível. Uma alternativa viável, além da infra-estrutura ser construída no interior da UC, é concentrar os investimentos turísticos na área de entorno das Unidades de Conservação, desde que o acesso a elas seja facilitado e que a participação na gestão da mesma seja viabilizada. Entretanto, para que isto ocorra dentro de parâmetros de sustentabilidade, é preciso que os órgãos públicos definam critérios exequíveis que atraiam os empresários turísticos sem, no entanto, ameaçar a sustentabilidade ecológica das Unidades de Conservação. Neste caso, é indispensável a adoção de critérios que abranjam a sustentabilidade ambiental, social e econômica das Unidades de Conservação.

Entretanto, as condições ambientais, sociais e econômicas existentes em países desenvolvidos são diferentes de nossa realidade.

Certificação do Turismo

O desenvolvimento de atividades turísticas baseadas em sua sustentabilidade é uma tendência em todo o mundo. No Brasil não poderia ser diferente, principalmente devido à demanda internacional de turistas, exigentes no que se refere ao respeito ao meio ambiente. Por

isso, a pressão pela conservação e manutenção dos atrativos das comunidades aumenta dia a dia, proporcionando condições favoráveis à sua preservação, não apenas para as gerações atuais, como também para as futuras.

La sostenibilidad, como modelo para el desarrollo, plantea la necesidad de satisfacer los requerimientos actuales de la sociedad, sin comprometer el derecho de las futuras generaciones de satisfacer las suyas. En pocas palabras, esto significa que el desarrollo del país no puede basarse en una explotación desmedida de los recursos (naturales, culturales, sociales, etc.) hasta el punto de agotarlos, o destruirlos, con el afán de cubrir las carencias actuales de la población (alimentación, vivienda, salud, empleo, etc.), porque esta misma base de recursos es la única plataforma, o activo potencial, con el que cuentan las futuras generaciones de este país para poder satisfacer sus propias necesidades (CST 2002).

Isto se deve ao fato de que a partir do desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável, o potencial de minimização de impactos, geralmente causados por modelos de crescimento tradicionais, são grandes, refletindo-se diretamente na qualidade de vida das comunidades receptoras, assim como na atratividade turística.

Para la actividad turística, la sostenibilidad significa una forma de desarrollo de la actividad que permite solucionar las situaciones actuales de riesgo de la industria y evita las dinámicas de crecimiento que están generando desequilibrios económicos, sociales, culturales y ecológicos (CST 2002).

Quando as atividades turísticas são desenvolvidas em áreas onde os recursos naturais são os principais produtos turísticos, o modelo de desenvolvimento adotado torna-se mais importante, pois estas áreas são geralmente mais suscetíveis aos impactos provocados pela infra-estrutura, equipamentos e serviços implantados sem a devida preocupação com o entorno, o que pode gerar desequilíbrios.

A adoção deste modelo de desenvolvimento turístico nem sempre é uma garantia de sua sustentabilidade, já que, como em outros tipos de atividades produtivas, existem empresas que se utilizam de modo irresponsável da vinculação ecológica às suas empresas, relacionando-as à qualidade diferencial que estes empreendimentos apresentam.

El hecho de que el turismo sostenible sea un concepto y una práctica económica en desarrollo, que no cuenta todavía con una base de referencia o parámetros de medición debidamente establecidos y aceptados universalmente, ha permitido que un número significativo de compañías, de manera irresponsable, se aprovechen del auge del turismo sostenible, propiciando lo que denominamos en la

jerga turística como “Greenwashing” (abuso del término eco o sostenible), o sea comercializando una experiencia turística no ajustada a la realidad vivida por el turista una vez arribado al destino (CST 2002).

Para que fatos como este não ocorram com tanta normalidade, é preciso que sejam estabelecidos parâmetros que identifiquem claramente os modelos de gestão adotados, a qualidade agregada ao produto, a participação dos atores envolvidos e a legislação a que estão submetidos, proporcionando condições para que a qualidade seja atestada.

Es muy importante, entonces, definir con claridad los ámbitos de acción y las responsabilidades que cada uno de los sectores: público, privado y social tienen en el problema del deterioro y contaminación de los ecosistemas turísticos. Sólo la coordinación de todos los sectores y una legislación severa permitirán evitar o disminuir esos efectos nocivos (Casasola 2000, p.14).

É por isto que processos de certificação turística devem ser baseados em princípios sustentáveis, pois sua evolução depende diretamente do grau de compromisso que os empreendimentos turísticos assumem com as comunidades locais e com as questões ambientais, conservando assim os seus atributos mais atrativos para o turismo.

Processo de Certificação

A certificação de atividades turísticas focadas na sua sustentabilidade possui potencial para promover a conservação dos atributos sociais e ambientais das comunidades receptoras. Entretanto, não se pode esquecer que, para atingir esta sustentabilidade, a questão econômica também é um atributo imprescindível, pois a continuidade das atividades turísticas só será possível se houver viabilidade econômica para tal, sem esquecer de buscar a sua qualidade.

A auditoria ambiental não questiona a ideologia do crescimento econômico, que é a principal força motriz das atuais políticas econômicas e, tragicamente, da destruição do ambiente global. Rejeitar essa ideologia não significa rejeitar todo o crescimento, mas sim rejeitar a busca cega do crescimento econômico irrestrito, entendido em termos puramente quantitativos como maximização dos lucros ou do PNB (Callenbach et al 1993, p. 90).

Viabilizar o empreendimento respeitando os seus requisitos básicos (social, ambiental e econômico) e, ao mesmo tempo, promover a qualificação do produto ou serviço turístico é um desafio para os certificadores. Ao mesmo tempo em que procuram atingir os objetivos traçados

pela certificação, Lamprecht & Ricci (2001) consideram importante que os certificadores devem respeitar as características de cada empreendimento a ser certificado. “A decisão sobre como estruturar o sistema de garantia da qualidade irá variar de hotel para hotel e dependerá do escopo da certificação” (p.80).

Além disso, a WWF Brasil – World Wildlife Fund – considera que, para adquirir credibilidade no mercado turístico, a certificação deve ser realizada por empresas ou Organizações Não Governamentais - ONG's independentes.

A certificação é um mecanismo não-governamental de controle de produtos e de destinos turísticos baseado em avaliação independente de desempenhos sociais, econômicos e ambientais. Para ter credibilidade, ela precisa ser independente, tecnicamente consistente, não discriminatória, transparente e voluntária (WWF 2002).

As empresas certificadoras atingem credibilidade quando fornecem os seus selos ou logotipos aos empreendimentos que realmente atingem os níveis ou padrões de qualificação exigidos para tal, ou seja, que cumpriram as metas necessárias exigidas para a obtenção de sua certificação, como prescreve a Organização Não Governamental Árvore:

Esquemas de certificação em turismo provêm um logotipo de marketing para negócios que excedem (ou reivindicam exceder) um padrão de eficiência. O logotipo permite aos negócios demonstrar as suas credenciais ambientais e sociais que, teoricamente, permitem aos consumidores identificar companhias responsáveis (Árvore 2002).

A ONG Árvore destaca, também, alguns fatores que incidem diretamente sobre os méritos de um esquema de certificação sustentável do turismo, que devem ser rigorosamente observados durante o processo de implantação:

- 2- Acessibilidade e utilidade, principalmente para pequenas e médias empresas;
- 3- Aplicabilidade em nível local;
- 4- Enfoque em desempenho tanto como em processo;
- 5- Enfoque em critérios ambientais e socioculturais;
- 6- Interatividade na revisão dos critérios e na melhoria progressiva dos padrões;
- 7- Contribuição e envolvimento;

- 8- Transparência;
- 9- "Terceira verificação" independente;
- 10- Presença e envolvimento do mercado;
- 11- Credibilidade entre todos os atores de interesse (Árvore 2002).

Estes fatores são indispensáveis para que a certificação atinja o seu objetivo, que é a melhoria da qualidade do turismo envolvendo a qualidade de vida das comunidades locais, a conservação e otimização dos recursos naturais locais, além de aumentar a competitividade dos produtos e serviços certificados devido ao seu valor agregado. “Pode-se afirmar que os programas de certificação em turismo têm como objetivo promover a sustentabilidade da atividade por meio do aumento da competitividade de produtos ou destinos turísticos ambientalmente adequados (Ecoviagem, 2002).

Este aumento de qualidade dos produtos e serviços turísticos certificados, dependendo do seu grau de credibilidade, pode gerar um processo de certificação mais amplo nos empreendimentos turísticos. Se este processo se concretizar, os benefícios para as comunidades locais serão revertidos em qualidade de vida e aumento da atratividade turística.

Os sistemas de certificação em turismo sustentável buscam fazer com que tanto os produtos verdes como os que não são ambientalmente corretos (incluindo os "falsos verdes") se afiliem a programas de certificação motivados pelo ganho em competitividade no mercado, levando a uma mudança progressiva em favor da maior sustentabilidade de produtos ou destinos turísticos (Ecoviagem 2002).

Entretanto, o conceito de sustentabilidade buscada pela certificação é vista pelos empreendedores, comunidades e órgãos públicos, muitas vezes, como algo intangível, inacessível. Por isso, alguns órgãos certificadores, como o CST – Certificación Sostenible de Turismo, concentram seus esforços neste ponto, pois acreditam que a execução de um modelo de turismo pode ser vinculada a bases sustentáveis, contribuindo para que a qualidade da atividade turística torne-se uma ferramenta poderosa para que as comunidades locais atinjam a sua qualidade de vida e os empreendimentos tornem-se viáveis.

El propósito fundamental del CST consiste precisamente en convertir el concepto de sostenibilidad en algo real, práctico y necesario en el contexto de la competitividad turística del país, con miras a mejorar la forma en que se utilizan los recursos naturales y sociales, se incentiva la participación activa de las comunidades locales, y a brindar un nuevo soporte para la competitividad del sector empresarial (CST 2002).

A ONG Árvore destaca também que a certificação por si só não garante que o desenvolvimento turístico de uma localidade ou região internalize a sua responsabilidade para com o meio, sendo preciso que outras iniciativas ou programas sejam implantados com o intuito de complementar ações que originem um maior envolvimento sócio-ambiental nas comunidades receptoras.

Porém, a certificação é somente uma de várias ferramentas exigidas para se fazer um turismo mais responsável. Até mesmo esquemas eficazes e de credibilidade precisam ser complementados por educação, regulamentação e um amplo planejamento de uso do solo. Além disso, o sucesso da certificação dependerá em última instância de demanda suficiente de consumidor para um turismo mais responsável (Árvore 2002).

É através da participação, da transparência e da responsabilidade que se pode promover uma profunda modificação no atual modelo de desenvolvimento turístico. A certificação deve possuir estes importantes atributos, credenciando-a como uma possibilidade a ser analisada nos centros turísticos atuais e futuros, pois as vantagens trazidas pela certificação para as comunidades podem ser decisivas.

Exemplos de certificação na América Latina

O processo de certificação apresenta-se em estágio de crescimento em todo o mundo, visto que é considerado um instrumento eficiente para o desenvolvimento de atividades turísticas de forma integrada, beneficiando assim as comunidades locais mediante as responsabilidades sociais, ambientais e econômicas.

Diante desta realidade, muitos países da América Latina já possuem ou estão implementando programas de certificação turística visando conquistar um mercado turístico cada vez mais competitivo, onde agregar valor aos seus produtos constitui-se em uma das ações mais viáveis não apenas para atraírem turistas, mas que estes contribuam para que o turismo se torne um meio efetivo de preservação de suas culturas, de suas tradições e seus recursos naturais.

Assim, pesquisou-se os Programas de Certificação da Costa Rica, Guatemala, Equador e Brasil, na América Latina. Estes programas foram selecionados devido às similaridades existentes não entre si, mas entre os países latino-americanos que optaram pela adoção de programas representativos de certificação que visam a sustentabilidade do turismo: são países em

desenvolvimento e tem seus produtos turísticos potencialmente centrados, principalmente no que refere-se ao mercado externo, nas atividades relacionadas a seus recursos naturais, ampliando a necessidade de sua proteção.

Avaliação dos Programas de Certificação

Os programas de certificação do turismo sustentável CST, da Costa Rica, Green Deal, da Guatemala, Smart Voyager, do Equador e PCTS, do Brasil apresentam uma série de similaridades, mas são destinados a empreendimentos diferentes.

Levando-se em conta os pontos considerados importantes de cada um dos programas, considera-se o programa CST como o mais viável para servir de base ao roteiro de avaliação de produtos turísticos sustentáveis em Unidades de Conservação, citando-se a seguir as razões principais que justificam esta escolha:

- Sua amplitude: envolve um grande número de âmbitos, tornando-o mais adequado à aplicação em Unidades de Conservação;
- Tempo de operação: tendo iniciado em 1993, já passou por diversos estágios de desenvolvimento, sendo indicado, por isso, a tornar-se um modelo a ser seguido;
- Níveis de cumprimento: o estabelecimento de níveis viabiliza a participação de um número mais expressivo de empreendimentos candidatos à certificação, contribuindo, assim, significativamente para a melhoria do meio ambiente, contribuindo, também, para a viabilização econômica do processo;
- Aplicabilidade: considera-se viável a sua aplicabilidade em Unidades de Conservação, sendo necessário, para isto, efetuar algumas adaptações para que o roteiro de avaliação seja direcionado para a viabilização de atividades turísticas nestas áreas de proteção ambiental.

Apesar dos programas apresentados serem todos de caráter voluntário, sugere-se que, no caso específico de certificação do turismo sustentável em Unidades de Conservação, ou seja, áreas criadas para a proteção ambiental, o processo torne-se obrigatório, visando garantir os objetivos estabelecidos na criação da mesma, assim como incentivar o desenvolvimento de planos de manejo destas áreas.

Deste modo, tendo como base os dados coletados sobre os quatro programas de certificação sustentável do turismo assim como nas leituras, entrevistas e trabalhos de campo

executados, sugere-se, então, a definição de um conceito de turismo sustentável em Unidades de Conservação:

“Segmento do turismo desenvolvido em unidades de conservação da natureza que harmoniza-se, dentro das limitações impostas pelo seu plano de manejo, aos ambientes naturais, às condições sócio-culturais e econômicas sob o enfoque da sustentabilidade, respeitando e valorizando as especificidades locais ao desenvolver todas as atividades turísticas de maneira a minimizar os potenciais impactos negativos”.

Adotar uma nova filosofia para o uso turístico das UCs no Brasil, que contemplem a sua função, assim como os objetivos estabelecidos em seu Plano de Manejo, é uma das alternativas para viabilizar o desenvolvimento destas atividades de maneira a contribuir, diretamente, com a qualidade de vida da população envolvida.

Referências Bibliográficas

ÁRVORE. http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar1208_1.htm. Acesso em 26 de junho de 2004.

CALLENBACH, E.; CAPRA, F.; GOLDMAN, L.; LUTZ, R.; MARBURG, S. Gerenciamento ecológico – EcoManagement. Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo : CULTRIX, 1993.

COSTA, Patrícia. C. Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo : Aleph, 2002.

CRUZ, Rita C. A. Introdução à geografia do turismo. São Paulo : Roca, 2001.

CST. Certificación para la sostenibilidad turística. www.turismo-sostebile.co.cr Acesso em 25 de agosto de 2004.

ECOVIAGEM. http://www.ecoviagem.com.br/especiais/turismo_sustentavel.asp?num=4. Acesso em 11 de julho de 2004.

FONTELES, J. O. Jericoacoara: turismo e sociedade. Sobral : Edições UVA, 2000.

FUNARI, P.P.; PINSKI, J. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo : Contexto, 2001.

KINKER, Sônia. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP : Papyrus, 2002.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais. Publicação de Turismo e Ambiente, 1994.

SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo. Organização Mundial do Turismo. São Paulo : Roca, 2001.

WWF.

http://www.wwf.org.br/projetos/projeto.asp?lista=bioma&item=19&item=70&imagem=../bioma/int_nacional. Acesso em 17 de junho de 2004.